

## **PATRIARCADO NO ESPAÇO PÚBLICO: PORQUE OS CARGOS PÚBLICOS DE COMANDO SÃO EM SUA MAIORIA OCUPADOS POR HOMENS?**

SANDY FERNANDES MENEZES<sup>1</sup>

MARIA DE FÁTIMA DE ANDRADE FERREIRA<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho busca elucidar que o fenômeno do patriarcado emerge justamente das relações sociais privadas, que advém das famílias, ora, o homem exerce o poder de domínio e comando nos lares na figura de pai e chefe de família, concomitantemente o matrimônio coloca esse macho no mesmo papel. Deste modo, as relações postas na via pública refletem a estrutura social privada. Portanto, faz-se necessário estudar o patriarcado como fenômeno e interpretar a inserção desse domínio do macho no comando social de poder. O estudo do patriarcado conexo as relações de poder, gera um conglomerado de discussões acerca do homem colonizador branco e sua ocupação dos cargos públicos.

**Palavras-chaves:** patriarcado; poder; dominação masculina; espaço público.

### **INTRODUÇÃO**

O patriarcado é um sistema que existe no mundo todo e se manifesta de diferentes formas em que a opressão, dominação e exploração se apresentam, de modo complexo, junto ao capitalismo, constituem-se como um jogo de dominação-exploração e as mulheres, nesse jogo, são submetidas

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Mestranda no Programa de Pós Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade - bolsista (FAPESB), Graduada em Direito (FAINOR); Membro da a Rede de Pesquisa Discursos, Representações e Violência na Escola (UESB/FAPESB/CNPq)

<sup>2</sup> Pós-Doutorado em Antropologia Social e Doutorado em Educação (UFBA). Professora pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, do Programa de Pós-Graduação Doutorado em Ensino (RENOEN), Mestrado em Ensino (PPGEN), Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) e curso de graduação em Pedagogia. Coordena a Rede de Pesquisa Discursos, Representações e Violência na Escola (UESB/FAPESB/CNPq).



aos homens tanto na esfera privada como pública.

O poder deste fenômeno é evidenciado em países monárquicos e islâmicos religiosos<sup>3</sup> e, na atualidade, provoca reações conservadoras que contestam as mudanças sociais, como por exemplo, o acesso à educação e o aumento do número de escolas para meninas em países do Oriente Médio, mas que continuam a ser fatores importantes do declínio do patriarcado. Ocorre que, no Brasil, apesar da democracia instituída, a forma organizacional da sociedade ainda mostra que o patriarcado brasileiro exige atenção. O conceito conduz muito para a opressão e subordinação da mulher frente ao homem.

Diante disso, a primeira indagação que surge quando tratamos do patriarcado é: Como funciona o sistema/ordem patriarcal? Para entender o patriarcado é importante saber que a ordem patriarcal exige estudos sobre as famílias. As famílias patriarcais são aquelas que os homens possuíam o poder de liderança de forma exclusiva, em verdade, a organização de sujeitos ali naquele grupo familiar estava submetida ao poder paterno, essa figura era considerada o chefe da família. Assim, em diversos apontamentos sobre essa formação da família, conseguimos observar conceitos acerca da família patriarcal:

A família era patriarcal. O pai (pater), chefe da família, era revestido também da autoridade de sacerdote (potifex), de juiz (domesticus magistratus). Eram membros da família, submetidos à autoridade do chefe (caput), os filhos (patrea potestas), a mulher (manus) e os escravos (dominica potestas). Era fundamentada no princípio da autoridade, com as características de uma entidade política, obediente ao patriarca (CACHAPUZ, 2004, p. 70).

Neste viés, pode-se caminhar o entendimento de maneira ainda mais extensiva, ao elucidar que o homem é colocado como chefe da família através do sistema de comando e chefia do patriarca que reproduz esse ideal

<sup>3</sup> DEMANT, Peter. O mundo mulçulmano. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

HAJJAMI, Aïcha El. A condição das mulheres no Islã: a questão da igualdade. Cadernos Pagu, v. 30, p. 107-120, 2008.

(para melhor compreensão sobre o assunto recomendamos a consulta destas referências)



dentro da formação da sua própria família monogâmica, na qual, o homem (marido) promove o sustento e a mulher produz o filho. A evolução do conceito parte das famílias, e da fusão desse papel de patriarcado do pai ao marido (ENGELS, 1984).

Podemos dispor que, a mulher no começo da formação social esteve explorada sexualmente e fisicamente para manter a economia doméstica. Entretanto, o fato do homem destinar sua força ao trabalho dentro das atividades fabris, possibilita o olhar de maior poder devido a possibilidade do trabalho fora do lar. Ora, apesar de termos no começo uma economia familiar doméstica, dentro da propriedade privada, temos também o momento de saída desse homem desse contexto do lar (ENGELS, 1984).

De maneira rápida, podemos discutir acerca do capitalismo que promove a segregação de papéis dos sujeitos, é através do movimento capitalista que podemos destacar a questão ocupacional de trabalho dessa mulher submetida a um regime patriarcal societário.

Existe uma subvalorização da capacidade da mulher, apesar de haver um momento de desenvolvimento laboral de produção, o local que a mulher ocupa colocada dentro de uma produção subvalorizada, a chamada produção marginalizada (SAFFIOTI, 2013).

A divisão sexual está inscrita, por um lado, na divisão das atividades produtivas a que nós associamos a ideia de trabalho, assim como, mais amplamente, na divisão do trabalho de manutenção do capital social e do capital simbólico, que atribui aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação, e em particular de todas as trocas de honra, das trocas de palavras (nos encontros quotidianos e sobretudo nas assembleias)[...] (BOURDIEU, 2012, p.60 ).

Com o capitalismo e com a divisão da sociedade de classes, na qual, há uma nítida marginalização de sujeitos na ocupação do labor, podemos elucidar que a mulher ocupa o local do proletariado e o homem o do burguês. Assim, podemos evidenciar que o sexo tido como fonte de inferiorização social da mulher, neste seguimento, assim como surgem as reivindicações de classe,



o gênero feminino começa a entender a necessidade da luta para o extermínio da dominação do macho, ora a competição e as imperfeições do sexo feminino colocam a classe por meio do feminismo na luta de espaço (SAFFIOTI, 2013).

Portanto, patriarcado define-se por meio da reunião de completudes e ideais históricas que estão imbricadas nas relações familiares e sociais, assim a definição posta ao ideal do substantivo "patriarcado" é vislumbrado como um sistema similar ao escravismo, em um notável desequilíbrio de poder que também resiste (PATERMAN, 1989 apud SAFFIOTI, 2015).

Ora, o sistema escravista definiu o povo negro como propriedade, as mulheres eram vistas como objetos de trabalho, ou ditas como abjeto, estas eram em tese desprovidas de gênero, apenas serviam como mão de obra para o colonizador opressor branco. Em verdade, a mulher que conseguiu sair do trabalho escravo e do trabalho doméstico das casas grandes, encontravam na indústria trabalhos sujos e com os menores salários (DAVIS, 2016).

### **ESTRUTURAS DE PODER - HIERARQUIA SEXUAL**

A partir do texto introdutório, podemos dispor que os cargos públicos enfrentam uma ausência de mulheres nas cadeiras, devido a herança de uma sociedade patriarcal dividida em classes, gênero e etnia. Ora, se a sociedade se forma através da reunião de grupos em comunidades, seguimos com um ideal organizacional nos espaços de maior incidência humana, sendo assim, como reflexo das amarras de inserção da mulher como sujeito detentor de direitos civis, a dificuldade de elencar essa mulher dentro do comando de um poder estatal é uma tarefa de luta e resistência.

O poder do homem é estruturado socialmente e financiado pelas grandes forças sociais de organização que é a igreja, o estado e a escola, ora diante dos paradoxos estruturais da sociedade socioeconômica ligada a questão do simbólico como já posto, e diferença física e psíquica o homem



dominou os espaços de comando, seja dentro das famílias como dentro da sociedade como um todo, logo o poderio que regula a ordem política social pública não estaria de fora dessa maré de dominação (ALMEIDA, 2011).

As relações de poder emergem do sistema de organização social, o qual é mantido pelos núcleos da família, escola, trabalho e Estado. A partir do momento em que temos uma sociedade fomentada em formação de comunidades e elos sociais, temos que elucidar a necessidade do poder de regulamentação sob essas organizações, existe uma necessidade de um cerne de destinação a uma comunidade de sujeitos (FOUCAULT, 1989).

Assim, a sociedade tende a necessitar de um poder regente que estabeleça a ordem das coisas, tem-se que ainda que a sociedade como um todo seja construída sob o domínio do homem devido ao que alguns estudiosos chamam de poder de dominação, ainda pode-se visualizar a hierarquia sexual e social como forma de justificar esse poderio enraizado.

A sexualidade invade a relação hierárquica em todos os espaços, a hierarquia sexual corporifica-se no controle e domínio e no fator reprodução, pois aquele que com o biológico masculino tido como sexo superior, tende a ser colocado como dominador. Por este motivo, as relações de poder e estruturas de poder também carregam esse fator de domínio do macho (BOURDIEU, 2012).

A partir da divisão das diferenças entre os sexos, cria-se uma base que fundamenta a tendência a supervalorizar o ponto de vista masculino, forma de violência que se constrói de múltiplas e variadas maneiras para preservar o poder dos homens. Essa configuração é reforçada pelo que os próprios homens determinam, mantendo a dominação masculina, sempre repostas por instituições que funcionam como agentes de permanência dessa ordem, como as famílias, a Igreja, a Escola e o Estado (COELHO, et al, 2014, p. 472-473).

Portanto, as regulações de poder são fomentadas pelas hierarquias sexuais que tendem a tencionar o poder no sentido do masculino, podemos inclusive observar que desde as monarquias regidas pelo patriarcado o poder, nunca fora flexionado para inclusão da mulher, devido a implantação do



sistema patriarcal.

## **DOMINAÇÃO DO HOMEM NO ESPAÇO PÚBLICO**

Fazendo um estudo acerca do patriarcado pode-se entender que o sistema patriarcal é visto como fonte basilar da sociedade dicotômica, assim é posto "o importante a reter é que a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos, quer na área profissional, quer na representação no parlamento brasileiro e demais postos eletivos políticos" (SAFFIOTI, 2015, p. 112).

O patriarcado não atinge só as famílias, mas a sociedade como um todo, assim temos a conexão com os cargos públicos de governabilidade. Ora, é importante mencionar que a discriminação da ocupação desse cargo por mulher também tem a ver com a virilidade imposta pelo homem a ser colocado diante de um povo que tende a gerar uma sensação de "proteção" (SAFFIOTI, 1987). Assim, surge então o questionamento: pode a mulher abandonar o local do lar para lutar e resistir frente a dominação masculina no meio público?

Desde quando é decente ver as mulheres abandonarem os pios cuidados de suas casas, os berços de seus filhos, para virem a espaços públicos, discursarem nas galerias, nos foros do Senado? Foi aos homens que a natureza confiou os cuidados domésticos? Foi a nós que ela deu seios para amamentar nossas crianças? (LEVY apud SCOTT, 2005, p.15).

Para além da função doméstica, é derradeiro ainda destacar que o cargo público é privado de acesso a mulher, também por questão de ausência de confiabilidade científica, por muito tempo houve um cerceamento de acesso à educação que retirou da mulher a possibilidade de acessar cargos que levassem como pré-requisito o intelecto.

A ausência dessa mulher no cargo público, também é fruto de uma hierarquia de conhecimento, que impede essa mulher de adentrar aos espaços de poder devido a uma desconfiança que se deposita devido a



demora ao acesso à educação e ao conhecimento de mundo. Visto que, fora questionado o pensar da mulher, e sua capacidade de desenvolver conhecimento.

A inteligência da mulher é questionada pois o homem encontrava-se imerso em várias localidades, tendo mais probabilidade de desenvolver a lógica pela frequência dos ambientes de produção do que as mulheres, essas tiveram pouco acesso a amplitude de locais para explorar a inteligência, assim, inferioridade feminina foi alocada com base na ausência de oportunidade que a fêmea possui em adquirir conhecimento comparado ao homem, que seguindo essa sequência tornou-se mais provedor de conhecimento (SAFFIOTI, 2013).

Isto advém do movimento inicial de colonização que deixou a mulher dentro dos lares, e o homem novamente fora do espaço doméstico e dentro do movimento de produção. Portanto, a separação de ocupação de cargos dentro da esfera pública reflete uma sociedade colonizada por homens brancos que exercem poder de dominação, logo, aplica-se a dominação-exploração de corpos femininos que acabam por evacuar esse cenário (SAFFIOTI, 2015).

O privado ou pessoal e o público ou político são sustentados como separados e irrelevantes um em relação ao outro; a experiência cotidiana das mulheres ainda confirma esta separação e, simultaneamente, a nega e afirma a conexão integral entre as duas esferas. A separação entre o privado e o público é, ao mesmo tempo, parte de nossas vidas atuais e uma mistificação ideológica da realidade liberal-patriarcal. A separação entre a vida doméstica privada das mulheres e o mundo público dos homens tem sido constitutiva do liberalismo patriarcal desde sua gênese e, desde meados do século XIX, a esposa economicamente dependente tem estado presente como o ideal de todas as classes sociais da sociedade (Pateman, 1989, p. 131-132 apud SAFFIOTI, 2015, p. 146).

Assim, podemos atualmente compreender o cenário público através do emaranhado histórico de dominação masculina e segregação feminina desde a educação até ao espaço mais alto socialmente. Essa abordagem trata-se de uma violência, ora essa dominação do espaço público pelo

# "ETNICIDADES, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: OLHARES PARA DIFERENTES TERRITÓRIOS"

XIX SEMANA DE EDUCAÇÃO DA PERTENÇA AFRO-BRASILEIRA

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

VI ENCONTRO DE RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

VI FÓRUM DE EDUCAÇÃO: LEIS 10.639/03 E 11.645/08, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL.

VI ENCONTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICAS

I FESTIVAL DAS ARTES: ANCESTRALIDADES EM MOVIMENTO

CANTINHO DO GRIÔ



homem reproduz uma sociedade machista violenta.

Este tipo de violência, quando manifesto no campo da política, tem como objetivo a manutenção do status quo de gênero na ocupação dos cargos e no exercício do poder político, notadamente o formal, que também é sustentado através dos estereótipos e dos scripts de gênero consensuados social e culturalmente em nossas sociedades. Mantém-se por meio das prescrições de gênero, ou seja, daquilo que a sociedade considera próprio das mulheres e dos homens ou, dito de outra forma, do que cada gênero está "naturalmente" apto a ser ou fazer, e que vai indicar quem pode e quem não pode exercer liderança, ocupar funções de comando e decidir sobre os destinos de toda a sociedade, ou seja, é o retrato fiel e naturalizado da dominação masculina, também conhecida como patriarcado, só que em sua face simbólica vai operar para excluir as mulheres de maneira sutil, sub-reptícia, quase invisível. Neste contexto, a naturalização do domínio masculino, sobretudo nas esferas públicas e nos espaços decisórios, passa a fazer parte do imaginário social, sendo reproduzido por homens e mulheres, já que vai se incorporando às profundezas da psiquê e do inconsciente coletivo, forjando a construção das subjetividades dos sujeitos, e se impondo, pouco a pouco, sem uso da força, da agressão física ou mesmo da explícita e ostensiva hostilidade irracional às mulheres, também conhecida como misoginia (DA SILVA, 2022, p. 72).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo podemos compreender que o patriarcado segue vigendo dentro da sociedade, como uma forma de contaminação social de um ideal de dominação do homem que segue com o poder de comando sobre a sua masculinidade. Podemos destacar, que o cenário público nada mais é do que o reflexo das propriedades privadas e famílias que ainda seguem o modelo hegemônico de comando do homem devido ao ideal patriarcal de comando do chefe da família.

Logo, os cargos públicos de comando seguem a mesma lógica pois a sociedade segue imbricada com preceitos de segregação entre os sexos que faz com que as mulheres estejam inferiorizadas no meio profissional público, espaço que ainda carece de ocupação feminina.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane. As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade. **Série-Estudos - Periódico Do Programa De Pós-graduação Em Educação Da UCDB**, n. 31, 2011. Disponível em:





<https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/132> Acesso em 27 de out. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CACHAPUZ, Rozane. Da família patriarcal à família contemporânea. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 4, n.1, p.69-77, Maringá, 2004. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/364> Acesso em 25 de out. 2023.

COELHO, Virginia et al. REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA: poder e dominação nas relações sociais de sexo. **R. Pol. Públ.**, São Luís, v. 18, n. 2, p. 471-479, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321133267011> Acesso em 24 de out. 2023.

DA SILVA, Salete Maria. Supremacia masculina nos partidos políticos: Violência política simbólica contra as mulheres? **REV. IGAL**, n. 1, p. 65-79, 2022. Disponível em: <https://www.revistaiusgenero.com/index.php/igal/article/view/10/8> Acesso em 27 de out. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. 1ª edição. Boitempo. São Paulo, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Tradução: Roberto Machado, Rio de Janeiro: Graal, 1989

LEVY, Darlene Gay; APPLEWHITE, Harriet Branson; JOHNSON, Mary Durham. **Women in Revolutionary Paris, 1789-95**. Urbana: University of Illinois Press, 1979

PATEMAN, Carole. **The Disorder of Women**. **Stanford University Press**, CA, 1989.

SAFFIOTI, HELEIETH. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, HELEIETH. **Gênero patriarcado violência**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAFFIOTI, HELEIETH. **O poder do macho**. 11ª edição. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis. n. 216, janeiro-abril/2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/H5rJm7gXQR9zdTJPBf4qRTy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 24 de out. 2023.